AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM: PRÁTICA PEDAGÓGICA

ROGERIO SAURER DALBONI

RESUMO

Este artigo tem por objetivo refletir sobre a avaliação como instrumento que contribui para a verificação se o aluno aprendeu o que foi ensinado. Esse instrumento avaliativo é importante porque ajuda a identificar as dificuldades dos alunos e pensar em estratégias para a melhora do processo de ensino e aprendizagem. Existem três tipos de avaliação: diagnóstica, formativa e somativa. A avaliação é importante para o aluno porque o ajuda a saber onde ele precisa melhorar. Para o docente, também é uma ferramenta importante porque o ajuda a melhorar sua prática pedagógica e métodos de ensino. Para a gestão escolar, a avaliação é relevante porque ajuda a criar processos que visam à melhoria educacional e o desempenho escolar dos alunos.

Palavras-chave: Gestão; Avaliação de Aprendizagem e Prática Pedagógica.

ABSTRACT

This work aims to reflect on the assessment as an instrument that contributes to verifying whether the student has learned what was taught. This evaluation instrument is important because it helps to identify the students' difficulties and think of strategies to improve the teaching and learning process. There are three types of assessment: diagnostic, formative and summative. The assessment is important for the student because it helps him to know where he needs to improve. For teachers, it is also an important tool because it helps them to improve their pedagogical practice and teaching methods. For school management, evaluation is relevant because it helps to create processes aimed at improving educational and student performance.

Keywords: Management; Assessment of Learning and Pedagogical Practice.

INTRODUÇÃO

A avaliação da aprendizagem, na teoria, é uma prática que visa verificar o andamento e o resultado do processo pedagógico, fornecendo informações para os alunos e os educadores sobre o desenvolvimento e as dificuldades de cada um.

Podemos entender a avaliação da aprendizagem escolar como um ato amoroso, na medida em que a avaliação tem por objetivo diagnosticar e incluir o educando pelos mais variados meios, no curso da aprendizagem satisfatória, que integre todas as suas experiências de vida (LUCKESI, 1999, p. 173).

A avaliação da aprendizagem pode ser realizada de diferentes formas e instrumentos, dependendo da etapa e do objetivo educacional. A avaliação da aprendizagem deve ser contínua, cumulativa, qualitativa, diagnóstica, processual e formativa, respeitando as diferenças individuais e as diretrizes legais.

Toda verificação é uma forma de avaliação, mas nem toda avaliação resulta da verificação. Aliás, mesmo a verificação, tão rotineira no meio escolar, é parte do processo de aprendizagem e, portanto, não deve ser confundida com o julgamento do ensino. Ninguém aprende para ser avaliado. Nós aprendemos para termos novas atitudes e valores no palco da vida. A avaliação, meio e nunca fim do processo de ensino, não deve se comprometer em ajuizar, mas reconhecer, no processo de ensino, a formação de atitudes e valores (NASCIMENTO, 2003, p. 2).

Porém a maneira como as escolas avaliam os alunos hoje em dia é para dar notas e não para ver o que eles precisam aprender melhor, como deveria ser. Isso quer dizer que a opinião sobre o que foi avaliado serve para colocar um objeto ou uma pessoa num lugar fixo e não para mudar de acordo com a história.

A atual prática da avaliação escolar estipulou como função do ato de avaliar a classificação e não o diagnóstico, como deveria ser constitutivamente. Ou seja, o julgamento de valor sobre o objeto avaliado passa a ter a função estática de classificar um objeto ou um ser humano histórico num padrão definitivamente determinado. Do ponto de vista da aprendizagem escolar, poderá ser definitivamente classificado como inferior, médio ou superior. Classificações essas que são registradas e podem ser transformadas em números e por isso, adquirem a possibilidade de serem somadas e divididas em médias (LUCKESI, 1999, p. 34).

A avaliação da aprendizagem também deve ser um processo justo e imparcial, pois o erro cometido pelo aluno deve ser visto como uma forma de aprendizagem tanto para o aluno quanto para o professor e não ser uma forma de premiação ou castigo.

Avaliar é – cedo ou tarde – criar hierarquias de excelência em função das quais se decidirão a progressão no curso seguido, a seleção no início do Secundário, a orientação para diversos tipos de estudo, a certificação antes da entrada no mercado de trabalho e, frequentemente, a contratação. Avaliar é também privilegiar um modo de estar em aula e no mundo, valorizar formas e normas de excelência, definir um aluno modelo, aplicado e dócil para uns, imaginativo e autôno-

mo para outros (PERRENOUD, 1999, p. 9).

A avaliação de aprendizagem é importante para a gestão democrática escolar. Ela ajuda os professores e alunos a trabalharem juntos para melhorar o processo de ensino e aprendizagem. A avaliação pode ser usada para descobrir o que os alunos precisam aprender e ajudá-los a desenvolver habilidades específicas. Além disso, a avaliação pode ser usada para acompanhar o progresso dos alunos e garantir que eles estejam atingindo seus objetivos educacionais.

A gestão democrática pode ser considerada como meio pelo qual todos os segmentos que compõem o processo educativo participam da definição dos rumos que a escola deve imprimir à educação de maneira a efetivar essas decisões, num processo contínuo de avaliação de suas ações (GRACINDO, 2009, p. 136).

De acordo com o artigo 14 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, podemos considerar que a gestão democrática escolar segue as seguintes diretrizes:

Os Sistemas de Ensino definirão as formas de Gestão Democrática do Ensino Público na Educação Básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I – participação dos profissionais da educação na elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola; II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (BRASIL, 1996).

Muitos estudos têm mostrado a importância da administração e do administrador da escola nas regras que devem ser seguidas, mostrando que eles têm o dever de cuidar não só do funcionamento da escola, mas também de garantir que todos tenham as mesmas chances de aprender e que o ensino seja bom.

"São recorrentes os apelos à eficiência e à eficácia do sistema educacional e, particularmente, da escola; as instituições públicas são exortadas a trilhar caminhos que garantam a qualidade do ensino e da aprendizagem; os gestores escolares são responsabilizados pela promoção dos princípios fundamentais de igualdade de oportunidades educativas e de qualidade de ensino" (FONSECA, OLIVEIRA e TOSHI, 2004, p. 54).

É importante não incentivarmos estudos que colocam toda a culpa ou o mérito do ensino ser bom ou ruim só no administrador ou no professor, sem ver como é a realidade da escola. Ao mesmo tempo, sabe-se que a administração democrática pode ter jeitos diferentes, alguns até opostos, que levam a formas diferentes de fazer as coisas. Esses métodos avaliativos no processo de ensino-aprendizagem nos fazem pensar sobre como é relevante a administração aberta na escola, principalmente na sala de aula.

(...) um caráter seletivo, uma vez era que vista apenas como uma forma de classificar e promover o aluno de uma série para outra ou de um grau para outro. Atualmente, a avaliação assume novas funções, pois é um meio de diagnosticar e de verificar em que medida os objetivos propostos para o processo ensino-aprendizagem estão sendo atingidos (HAYDT, 2002, p. 287).

Este artigo pretende falar sobre como fazer os alunos participarem mais das aulas e aprenderem o que as pessoas já descobriram ao longo da história. Pois essa troca de experiências e esse incentivo para novas descobertas é o principal objetivo da escola e isso deve ser feito de um jeito democrático, que respeite o direito de todos ao conhecimento.

DESENVOLVIMENTO

Leis e Normas para a Gestão Escolar

Pode-se citar com princípio a lei que foi feita pelo Ministério da Educação em 1996, chamada Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Essa lei diz como deve ser a educação no Brasil. Ela segue o que está escrito na Constituição Federal de 1998, que é a lei maior do país. A Constituição diz que as aulas devem seguir alguns princípios, que são:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V - valorização dos profissionais do ensino, garantidos, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;

VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII - garantia de padrão de qualidade. (BRASIL, 1998)

A LDB quer citar como fazer o que a Constituição diz sobre a educação. Ela relata sobre muitas coisas, como: como as escolas devem funcionar, como os professores e outros profissionais devem ser formados, como os alunos devem entrar, aprender e passar de ano, como o dinheiro, os materiais e as pessoas devem ser usados para melhorar o ensino, como o governo e as pessoas que não são do governo devem ajudar na educação, como as pessoas que mandam nas escolas devem agir, como as escolas devem respeitar as diferenças entre as regiões do Brasil. Segundo a Constituição Federal de 1988:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

O Brasil é um país muito diverso, e a LDB não pode resolver todos os problemas que temos na educação. Por isso, ela fala das coisas de um jeito geral e deixa as coisas mais específicas para outros documentos, como decretos, pareceres, resoluções e portarias.

A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e o desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas que conduzam a:

[...]

VI - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto. (BRASIL, 1996).

Partindo desses princípios, a LDB, em seu Art. 13, diz que os docentes devem:

I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

III - zelar pela aprendizagem dos alunos;

IV - estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;

V - ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;

VI - colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade (BRASIL, 1996).

A abordagem Pedagógica na Gestão Escolar

A palavra “avaliação” origina do latim avalere e o significado da palavra é valorizar algo. Sendo assim, valorizar algo é avaliar as possibilidades e fazer escolhas. Essa é uma ação humana e cotidiana, mas na escola ela tem um sentido pedagógico.

[...] o vocábulo avaliação vem do latim “avalere”, que significa “dar valor a”. Dar valor exige tomar decisões, escolher caminhos, emitir opiniões frente a um fato, objeto ou fenômeno. A todo instante emitem-se julgamentos de valor sobre fatos, circunstâncias, falas, pessoas. Deste ponto de vista, entende-se que a avaliação se mistura na rotina dos indivíduos, em seu cotidiano. Esta atitude é eminentemente humana. Mas quando se trata da instituição escolar, do lócus que sistematiza a avaliação e a transforma em ato pedagógico, o que é de fato avaliar? Para compreender esta dimensão, é necessário retomar o passado e revisar as histórias construídas e que ocuparam e ocupam espaço no aqui e no agora da escola, e esta é a finalidade desta pesquisa de cunho qualitativo e bibliográfico. As incursões históricas sempre remetem a reflexões sobre acertos e desacertos, e permitem a possibilidade em redimensionar novos caminhos (MACEDO e LIMA, 2013, p. 155).

Na escola, avaliar significa dar valor ao trabalho ou à ação dos estudantes. Isso pode ser feito de diferentes maneiras, como por meio de notas, atividades, conceitos ou provas. Existem vários teóricos que propõem métodos e possibilidades de avaliação mais eficazes.

[...] apreciação, ação de determinar o valor de um trabalho, de uma ação. Consiste na coleta de dados quantitativos e qualitativos no universo pedagógico, o termo avaliação tem sido empregado para referir-se a: medida de desempenho escolar, procedimento de atribuição de nota/conceito ou aplicação de um instrumento de testagem do aproveitamento escolar – “prova”. Assim, revisar o termo, segundo alguns teóricos, é importante para nos aproximarmos de sua definição (QUEIROZ, 2011, p. 31)

Muitas vezes a avaliação no ambiente escolar está relacionada ao conhecimento adquirido no momento, o que determina valor e credibilidade ao aluno que alcança determinado resultado. Essa é a chamada avaliação classificatória. Esse tipo de método avaliativo é excludente, pois leva em conta apenas o momento e não o esforço do aluno. Além disso, o estudante pode estar passando por alguma dificuldade que o impede de sair bem na prova, por exemplo, por alguma questão ou problemas pessoais, sociais ou emocionais. Esse método também pode desestimular a busca pelo conhecimento, pois impõe ao aluno que ele não é capaz.

A primeira concepção de avaliação - a avaliação classificatória - está relacionada à tendência pedagógica tradicional e tem como objetivo classificar os alunos em aptos e inaptos, bons e maus, inteligentes e burros. Essa concepção de avaliação é punitiva e excludente, pois não leva em conta as diferenças individuais e sociais dos alunos (CHUERI, 2008, p. 62).

A escola precisa mudar a forma como avalia os alunos e buscar novas maneiras de ensinar e aprender, respeitando as diferenças e as potencialidades de cada um. Por

exemplo, em vez de aplicar provas escritas, a escola poderia usar projetos, dinâmicas, rodas de conversa ou outras formas de mostrar o que os alunos sabem e podem fazer.

A análise do contexto escolar aponta o esgotamento do modelo teórico-epistemológico que define a avaliação e confirma a ideia [...] segundo a qual é indispensável a ruptura com o paradigma epistemológico que circunscreve o processo avaliativo, para que se possa formular uma teoria de avaliação que ultrapasse os limites da teoria da medida e implemente práticas pedagógicas com novos significados (BARRIGA, 2002, p. 19).

A gestão escolar não pode ser vista como uma autoridade que apenas desempenha a função de controle no ambiente escolar. Professores e alunos fazer parte de todo esse processo e precisam se sentir parte das decisões. Ou seja, a avaliação deve ser vista como algo importante e construtivo tanto para o professor quanto para o aluno. Ela pode fornecer informações úteis para o professor planejar e melhorar sua prática pedagógica. Além disso, a avaliação pode ajudar o aluno a melhorar seu próprio aprendizado.

[...] objetivação do fenômeno; hierarquização das ações de descrever, compreender, explicar, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno; observância das diferenças entre o mundo social e o mundo natural; respeito ao caráter interativo entre os objetivos buscados pelos investigadores, suas orientações teóricas e seus dados empíricos; busca de resultados os mais fidedignos possíveis [...]. (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 32).

O pensamento crítico é importante para o aluno e o professor pode ajudar nesse processo. Pensar sobre as coisas é fundamental para desenvolver o pensamento crítico. A escola é um bom lugar para aprender a pensar criticamente porque tem muitas informações que podem ajudar na reflexão e na construção crítica do aluno.

A educação tem na avaliação escolar uma maneira de aferir como os alunos vêm se apropriando do conhecimento na escola. Avaliar exige acompanhar o crescimento do educando, utilizando para isso vários instrumentos de diagnóstico, que resultam na nota como reflexo de todo o desenrolar de uma construção do pensamento científico no educando. Desta maneira, a avaliação assume um caráter mais construtivo do que instrutivo de aprendizagem. (BOTH, 2008, p. 68).

Alguns professores se elaboram seus planos de aula visando o mercado de trabalho. É de conhecimento geral que a escola tem um papel importante na construção da vida acadêmica e no futuro profissional dos estudantes. Nesse contexto, as escolas assumiram a responsabilidade de treinar e ensinar os futuros trabalhadores visando aprimorar sua eficiência e aumentar a produtividade, mas não pensando em trabalhos coletivos e de cooperação.

Muitos professores priorizam o ensino baseados apenas no mercado de trabalho. Essa é uma forma de alienação do conhecimento, pois ignora as dimensões históricas, sociais e culturais que envolvem a produção do saber. Além disso, reduz o papel do educador a um mero transmissor de informações, sem estimular o pensamento crítico e criativo dos alunos (SANTOS, 2014, p. 67).

A gestão da educação decide, organiza, dirige e participa de tudo o que faz, mas é na sala de aula que ela que os professores realizam o seu projeto de ensino e aprendizagem, e é nesse espaço que podem acontecer mudanças conforme as novidades que surgem.

Ela se desenvolve fundamentalmente, na sala de aula, onde concretamente se objetiva o projeto político-pedagógico não só como desenvolvimento do planejado, mas como fonte privilegiada de novos subsídios para novas tomadas de decisões (FERREIRA, 2008, p.08).

Hoje em dia, muitas pessoas estão discutindo o papel do professor, o que tem feito com que muitos reflitam sobre as influências culturais deixadas pelo período colonial e mantidas na sociedade atual. Alguns professores ainda mantêm práticas defasadas, quando os alunos não podiam questionar e só tinham que cumprir suas tarefas.

Ainda hoje, muitos professores mantêm práticas pedagógicas defasadas, que remetem a um modelo de educação bancária, em que o aluno é visto como um depósito de informações, sem voz nem vez. Nesse modelo, o aluno não pode questionar, criticar ou participar da construção do conhecimento, mas apenas reproduzir o que o professor diz (FREIRE, 2011, p. 58).

Quando o aluno tem a liberdade para questionar e refletir, ele desenvolve aspectos democráticos, pois pode expressar seus pensamentos. O professor deve incentivar esse processo e ensinar também sobre a convivência na sala de aula, que faz parte da escola. Nesse espaço, as pessoas devem agir em conjunto e pensar no bem de todos.

O professor deve ser um mediador entre o aluno e o conhecimento, incentivando o diálogo, a troca de experiências e a construção coletiva do saber. Além disso, o professor deve ensinar também sobre a convivência na sala de aula, respeitando as diferenças, os ritmos e as necessidades de cada um (MORIN, 2000, p. 23).

A escola democrática faz o professor mudar seu jeito de ensinar, fazendo os alunos se interessarem mais pelo que aprendem. O professor deve falar o que eles vão aprender e por que isso é importante, conversando com eles de um jeito que faça eles

quererem aprender. O professor quer que os alunos cresçam como pessoas e saibam viver bem com os outros.

A escola democrática é um espaço de formação humana, que visa o desenvolvimento integral dos sujeitos, em suas dimensões cognitiva, afetiva, social e ética. Nessa perspectiva, o professor deve mudar seu jeito de ensinar, adotando uma postura dialógica, problematizadora e emancipadora, que faça os alunos se interessarem mais pelo que aprendem, a partir de uma relação crítica com a realidade (FREIRE, 1996, p. 34).

É de conhecimento que a escola não é responsável por tudo que acontece na sociedade, porque muitas coisas dependem de órgãos governamentais e demais profissionais da educação, mas podemos considerar também que a escola precisa se esforçar mais. Isso começa ao cuidar bem do que se ensina, unindo o que os professores planejam com o que a escola deseja alcançar. Ao fazer os professores e os outros profissionais participarem disso, a escola faz um trabalho mais eficiente e organizado.

Reconhecemos o papel que tem a escola para homens e mulheres, sabendo também, que não será ela a única responsável pelas transformações da sociedade, pois vem orientada muitas vezes para a manutenção das estruturas sociais e econômicas dominantes, que impedem a própria transformação (SCHRAM; CARVALHO, 2007).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação da aprendizagem é um instrumento pedagógico que contribui para verificar se o aluno aprendeu o que foi ensinado e para orientar as ações educativas. Ela é importante para o aluno, pois o ajuda a identificar seus pontos fortes e fracos, e para o docente, pois o ajuda a aprimorar sua prática pedagógica e seus métodos de ensino.

A avaliação também fornece informações sobre o resultado do processo pedagógico, permitindo aos alunos e aos educadores conhecerem o desenvolvimento e as dificuldades de cada um. Essa avaliação pode ser realizada de diferentes formas e instrumentos, dependendo da etapa e do objetivo educacional, como provas, trabalhos, portfólios, observação, autoavaliação, etc.

No entanto, a maneira como as escolas avaliam os alunos, muitas vezes, visa apenas ser um método avaliativo pontual, o que não diagnostica as necessidades de aprendizagem, como deveria ser. Além disso, a avaliação da aprendizagem deve ser um processo justo e imparcial, que respeite a diversidade e a singularidade dos alunos, considerando seus ritmos, estilos e interesses de aprendizagem.

A avaliação da aprendizagem é importante também para a gestão democrática escolar, que é uma forma de organizar a escola de acordo com alguns princípios, como garantir que todos tenham as mesmas oportunidades de aprender e que o ensino seja de qualidade. Esse modelo implica uma mudança na forma de ensinar e aprender, buscando novas maneiras de envolver os alunos e respeitar suas potencialidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRIGA, A. D. Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

BOTH, I. J. Avaliação planejada, aprendizagem consentida: é ensinando que se avalia, é avaliando que se ensina. 2. ed. rev. e ampl. Curitiba: IBEPEX, 2008.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei 9.394/96. Disponível em: <www.mec.gov.br/legis/default.shtm>. Acesso em 02 ago. 2023.

CARVALHO, M. V. de. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Campinas: Papirus, 2000. 128 p.

CHUEIRI, V. K. Concepções sobre avaliação escolar. In: HOFFMANN, J.; ESTEBAN, M. T. (Orgs.). Avaliação: mito e desafio: uma perspectiva construtivista. 46. ed. Porto Alegre: Mediação, 2008.

FERREIRA, M. I. S. O professor como gestor da sala de aula. Maringá: UEM, 2008. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2145-8.pdf. Acesso em: 08 ago. 2023.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. S. (Org.). Métodos de pesquisa. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

GRACINDO, Regina Vinhaes. O gestor escolar e as demandas da gestão democrática: exigências, práticas, perfil e formação. Retratos da Escola, [S. l.], v. 3, n. 4, 2012. Disponível em: https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/107. Acesso em: 03 ago. 2023.

QUEIROZ, Tânia Dias. Dicionário prático de Pedagogia. São Paulo. Rideel, 2011.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. São Paulo: Cortez, 1999.

MACEDO, Sheyla Maria Fontenele; LIMA, Marcos Antônio Martins. Revolvendo o passado da avaliação educacional e algumas repercussões na escola. Revista Teias, Rio de Janeiro, v. 14, nº 32, p. 155-171, maio/ago. 2013

MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. São Paulo: Cortez, 2000.

NASCIMENTO, Patrícia Valéria Bielert do. O desafio da avaliação no cotidiano do educador. Revista Profissão Mestre, 2003.

PERRENOUD, Philippe. Avaliação: da excelência à regulamentação das aprendizagens – entre duas lógicas. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

SANTOS, João. Educação e mercado de trabalho: uma análise crítica. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

SCHRAM, Sandra Cristina; CARVALHO, Marco Antônio Batista. O pensar educação em Paulo Freire: para uma pedagogia de mudanças. Paraná: Secretaria de Estado da Educação do Paraná, 2007. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/852-2.pdf. Acesso em: 10 ago. 2023.